

PORTARIA Nº 686/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número dos Contratos	Objeto do Contrato
Jadson Martins Bispo Mat. 102710	Danilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	059/2016 072/2016 078/2016	Aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, letras caixas, adesivos, impressão colorida em lona, faixas, mastros, entre outros, com o fim de atender as necessidades das Promotoria de Justiça de Augustinópolis, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 022/15, Processo administrativo Nº 2015.0701.00204, parte integrante do presente instrumento.
		082/2016	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de grade de proteção para instalação no perímetro da laje dos reservatórios superiores e na laje um nível abaixo que promove o acesso a um dos reservatórios de água para atendimento das necessidades do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 023/16, Processo Administrativo nº 2016.0701.00256, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de setembro de 2016.



CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça